



## Manifesto de Brunswick (1792)

Declaração de SAS o duque reinante de Brunswick-Lunebourg, comandante dos exércitos combinados de SS.MM. O Imperador e o rei de Prússia, dirigida aos habitantes da França.

Suas majestades o imperador e o rei de Prússia me confiaram o comando dos exércitos combinados que reuniram junto às fronteiras da França, e eu quis anunciar aos habitantes deste reino os motivos que determinaram as medidas dos dois soberanos e as intenções que os guiam.

Após ter suprimido arbitrariamente os direitos e possessões dos príncipes alemães na Alsácia e na Lorena, perturbado e subvertido a boa ordem no interior e o governo legítimo, exercidos contra a sagrada pessoa do rei e contra a sua augusta família os atentados e a violência que ainda se perpetuam e renovam dia a dia, aqueles que usurpam as rédeas da administração por fim a passaram da medida ao declarar uma guerra injusta à sua majestade o imperador atacando suas províncias situadas nos Países Baixos: algumas das possessões do império germânico foram envolvidas nesta opressão, e várias outras escaparam ao mesmo perigo cedendo às ameaças imperativas do partido dominante e de seus emissários.

Sua Majestade o rei de Prússia, unida com a Sua Majestade Imperial pelos laços de uma aliança estreita e defensiva, e membro preponderante ele mesmo do corpo germânico, não pôde, por conseguinte, dispensar-se de ir ao socorro do seu aliado e de seus co-Estados; e é sob este duplo papel que toma a defesa deste monarca e da Alemanha.

A estes grandes interesses junta-se ainda um objetivo igualmente importante, e que os dois soberanos têm no coração, que é de cessar a anarquia no interior da França, parar os ataques levados ao trono e ao altar, restabelecer o poder legal, de fornecer ao rei a segurança e a liberdade das quais é privado, e pô-lo em condições de exercer a legítima autoridade que lhe é devida.

Convencidos que a parte sã da nação francesa execra os excessos de uma facção que a subjuga, e que a maior parte dos habitantes espera com impaciência o momento do socorro para declarar-se abertamente contra as empresas odiosas de seus opressores, Sua Majestade o Imperador e Sua Majestade o Rei de Prússia os chama e os convida a voltar sem demora ao caminho da razão e da justiça, da ordem e da paz. É neste sentido que eu, abaixo assinado, general comandante chefe dos dois exércitos, declaro:

1º Que envolvidos na presente guerra por circunstâncias irresistíveis, as duas cortes

combinadas não se propõem outro objetivo que a felicidade da França, sem pretender enriquecer-se por conquistas.

2º Que não se propõem a imiscuir-se no governo interno da França, mas que querem unicamente livrar o rei, a rainha e a família real, do seu cativeiro, e fornecer à sua majestade mui-cristã a segurança necessária de modo que possa fazer sem perigo, sem obstáculo, as convocações que julgar necessárias e trabalhar para assegurar a felicidade dos seus súditos, de acordo com as suas promessas e tanto quanto depender dela.

3º que os exércitos combinados protegerão as cidades, burgos e aldeias, e as pessoas e os bens todos os que se submeterem ao rei, e que concorrerão para o restabelecimento instantâneo da ordem e da polícia em toda a França.

4º que os guardas nacionais são incumbidos de velar provisoriamente pela tranquilidade das cidades e dos campos, pela segurança das pessoas e os bens dos Franceses, até à chegada das tropas das suas majestades imperial e real ou até que seja ordenado diferentemente, sob pena de serem pessoalmente responsabilizados; aqueles guardas nacionais que, pelo contrário, combaterem contra as tropas das duas cortes aliadas e que pegarem em armas, serão tratados como inimigos, e punidos como rebeldes a seu rei e como perturbadores do sossego público.

5º que os generais, oficiais, suboficiais e soldados das tropas de linha francesa são intimados igualmente a retornar à sua antiga fidelidade, e apresentar-se imediatamente ao rei, o seu legítimo soberano.

6º que os membros dos departamentos, distritos e municípios serão igualmente responsáveis, sobre a sua pessoa e sobre os seus bens, por todos os delitos, incêndios, assassinatos, pilhagens e vias de fato que deixarem acontecer ou que não se esforcem notoriamente em seu território para os impedir; que deverão igualmente continuar provisoriamente as suas funções até que sua majestade mui-Cristã, restabelecida em plena liberdade, aí haja nomeado ulteriormente, ou o que for ordenado em seu nome neste intervalo.

7º que os habitantes das cidades, burgos e aldeias que ousarem defender-se contra as tropas das suas majestades imperial e real, e atirar sobre elas, seja em campo aberto, quer pelas janelas, portas e aberturas das suas casas, serão punidos imediatamente de acordo com o rigor do direito da guerra, e as suas casas demolidas ou queimadas. Todos os habitantes das referidas cidades, burgos e aldeias que, pelo contrário, apressarem-se em apresentar-se ao seu rei, abrindo as suas portas às tropas das suas majestades, estarão desde este instante sob a sua salvaguarda imediata...

8º A cidade de Paris e todos seus habitantes sem distinção serão obrigados a submeter-se imediatamente e sem demora ao rei, de pôr este príncipe em plena e total liberdade, e assegurar-lhe, bem como a todas as pessoas reais, a inviolabilidade e o respeito aos quais o direito da natureza e das gentes obriga os súditos para com os soberanos; suas Majestades imperial e real tornam pessoalmente responsáveis por todos acontecimentos, sobre a sua pessoa, para serem julgados

militarmente, sem esperança de perdão, todos os membros da Assembleia Nacional, do departamento, do distrito, da municipalidade e da guarda nacional de Paris, os juizes de paz e todos os outros que a ele pertençam, declarando também, as ditas majestades, sobre a sua fé e palavra de imperador e de rei, que se o palácio das Tulherias for forçado ou atacado, que se for feita a mais ínfima violência, o mais ínfimo insulto às suas Majestades, o rei, a rainha e a família real, se não for garantida imediatamente a sua segurança, a sua conservação e a sua liberdade, eles executarão uma vingança exemplar e nunca vista, entregando a cidade de Paris a uma execução militar e a uma subversão total, e os revoltosos culpados dos atentados aos suplícios que terão merecido. As suas Majestades imperial e real prometem pelo contrário aos habitantes da cidade de Paris de empregar os seus bons serviços junto da sua majestade mui-Cristã para obter o perdão por suas faltas e seus erros e de tomar as medidas mais rigorosas para garantia de suas pessoas e de seus bens se pronta e exatamente obedecerem à injunção acima.

Por último, as Suas Majestades, só podendo reconhecer como leis na França, aquelas que emanaram do rei gozando de uma perfeita liberdade, protestam por antecipação contra a autenticidade de todas as declarações que poderiam ser feitas em nome da Sua Majestade mui-Cristã enquanto a sua pessoa consagrada, a da rainha e de toda a família real, não estejam realmente em segurança, de modo que as suas majestades... convidam e solicitam a Sua Majestade mui-Cristã designar a cidade do seu reino mais próxima das suas fronteiras na qual julgar a propósito de retirar-se sob boa e certa escolta, para que Sua Majestade possa com toda segurança chamar junto dela os ministros e os conselheiros que agradar-lhe designar, fazer tais convocações que lhe parecerão convenientes para prover o restabelecimento de boa ordem...

Por estas razões, requeiro e exorto todos os habitantes do reino, de modo mais enérgico e o mais insistente, de não se opor à marcha e às operações das tropas que comando, mas de ceder-lhes antes por toda parte uma livre entrada e toda boa vontade, ajuda e assistência que as circunstâncias poderão exigir.

Dado no quartel general de Coblentz, 25 de julho de 1792.

Assinado, Charles-Guillaume-Ferdinand, duque de Brunswick-Lunebourg.